A POLÍTICA DOS GOVERNADORES

LUÍS SUCUPIRA
Do Instituto do Ceará

O GOVERNO OLIGÁRQUICO DO DR. ANTÔNIO NOGUEIRA ACIOLI. SUA QUEDA (1912). FRANCO RABELO. A INTERVENÇÃO FEDERAL. A SEDIÇÃO NO JUAZEIRO DO PADRE CÍCERO.

POLÍTICA DOS GOVERNADORES

Originada de um movimento de quartéis, suposto, no despertar, como exigência da retirada do Ministério, a proclamação da República, por inesperada e sem resultar de movimento nacional, tanto assim que deixou "o povo bestificado", na afirmação de Aristides Lobo, passou por sérias dificuldades, nos seus primórdios, para firmar-se e impor-se.

Além dos desentendimentos pessoais entre os seus fundadores, homens desacostumados com o trato dos negócios públicos, dada a sua formação estritamente castrense, o nascente regime não podia contar por outro lado com a colaboração dos esclarecidos e destacados políticos em cujas mãos tinham sido depositados até então os supremos destinos da Nação.

Daí as indisfarçáveis dificuldades surgidas no período de fixação do novo governo, acossado pelas lutas intestinas, movimento de rebeldia nas classes armadas e até de uma pavorosa guerra civil que enlutou a família brasileira e mesmo desmereceu o nome do Exército, seguidamente derrotado nos entreveros com a ignorância boçal do fanatismo implantado em Canudos.

Foi ante essa dura fase de transição que enfrentava a República, no seu primeiro decênio de existência, que assumiu o governo do País o respeitável estadista e republicano histórico, mas formado na Monarquia, Manuel Ferraz de Campos Sales, eleito para o quatriênio de 1898 a 1902.

"O estado das finanças públicas era quase alarmante. As complicações dos primeiros anos da República, os erros e as malversações que se seguiram à instalação do novo regime, os gastos exorbitantes com a Revolução Federativa no Sul e a revolta da armada, com a rebelião de Canudos e outras imposições do momento, contribuíram para agravar ainda mais as premuras e angústias do Tesouro" (Rocha Pombo — *História do Brasil*).

Como sem boas finanças não pode haver boa política, decidiu Campos Sales resolver primeiro a situação financeira caótica, por ele considerado o mais grave problema de sua administração. Isso conseguiu, de certo modo, quanto à dívida externa, a mais assoberbante, com o estabelecimento do chamado *funding loan*, e quanto à situação financeira interna, adotou uma política de honestidade e economia. Isso feito, decidiu enfrentar, com energia, os demais problemas circunjacentes, a fim de tornar possível a "ordem e o progresso", lema da bandeira nacional.

Não contando para isso com o esteio das classes armadas, ainda exacerbadas pelo espírito de facção e da discórdia, resultado da intervenção dos quartéis na estrutura da nação, nem com os partidos políticos, destroçados pelo mandonismo e autoritarismo dos dominadores do poder, precisava Campos Sales de respaldo para sua ação propriamente política e obtenção de uma paz interna base fundamental de qualquer governo construtivo.

Homem oriundo do destituído regime monárquico, que fez surgirem grandes valores no seio do governo, da administração e da política imperial, Campos Sales procurou restaurar o sistema posto em voga pelos dirigentes da Monarquia, que entregavam aos Presidentes de Província, por eles nomeados, a incumbência de manter a unidade nacional, a ordem administrativa e a ação constitucional, apesar da flutuação dos partidos.

Daí, então, passou a fazer funcionar a denominada "política dos Governadores", transformando os Estados, criados pela Constituição de 1891, em ressurretas Capitanias. No dizer de José Maria Belo, importava essa feição de governar a consolidação de oligarquias e fazer surgir agrupamentos de feudos grandes e pequenos.

De qualquer maneira o que importava a Campos Sales era dar estabilidade, segurança e tranqüilidade a seu governo, convertendo-se numa espécie de regente na orquestração política nacional, tendo sob sua batuta os verdadeiros detentores do poder nas pseudo-unidades federativas.

Voltava-se aos áureos tempos da Monarquia, em que o povo era praticamente excluído da realidade política, apesar de continuar em vigor uma Constituição que lhe assegurava esse direito, tido como sagrado. Mas, na realidade, o "entendimento dos governadores entre si com o Presidente da República, para efeito de impor à política nacional determinada orientação, e o entendimento que os governadores realizam com as maiorias de suas representações no congresso para o fim de serem depuradas as minorias fiscalizadoras, levou à hipertrofia do Executivo Federal, firmado nos Executivos estaduais com o objetivo de impor orientação ao Congresso" (Odilon Braga, *Diário da Assembléia Nacional*, de 13.12.1933).

Abandonava-se a fórmula constitucional da Federação, e, como asseverou Rui Barbosa, "surgiram as chamadas oligarquias estaduais, acocoradas, exploradas, sustentadas e agravadas pelo Governo da União, que se servia, para isso, já dos exércitos militares de mar e terra, já do exército civil, que o nosso inumerável funcionalismo lhe proporciona". E adiantava Rui Barbosa. A Política brasileira é o Sindicato dos Governadores presidido pelo chefe do Poder Executivo.

Campos Sales, ante as críticas quanto a esse seu modo de proceder, chegou a declarar mais tarde, em 1911, falando ao *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, nunca haver feito funcionar a chamada "Política dos Governadores", sendo intuito seu, vendo a ruína iminente do Poder Legislativo, apelar para os chefes de alguns Estados, fortemente representados no Congresso, para concitá-los a ajudá-lo na realização de uma verificação de poderes mais justo.

Fosse essa a boa intenção do Presidente da República, o fato é que sua política de acomodação, em benefício do seu governo, resultou numa acumulação de forças nas mãos dos governantes estaduais, que passaram a concentrar todos os poderes, fazendo do Estado coisa sua e, logo, em seguida, de toda a parentela, encarapitada nos mais polpudos e destacados cargos políticos.

Resultou disso ter o fenômeno da oligarquia representado verdadeira chaga para o Brasil (H. Firmeza, *Crônicas Escolhidas*, p. 138). E por culpa de Campos Sales, como testifica Parsifal Barroso (*Uma História da Política do Ceará*, p. 46), defrontou o Brasil com os Machados, no Paraná, os Maltas, em

Alagoas, o Castilhismo, no Rio Grande do Sul, os Lemos, no Pará, os Néris, no Amazonas. os Maranhões, no Rio Grande do Norte, para citar somente os principais.

No Ceará, como escreve Abelardo Montenegro (*História dos Partidos Políticos Cearenses,* p. 38), montou também uma grande máquina política o Dr. Nogueira Acioli, que se tornou figura dominante na política estadual, de 1896 a 1912, constituindo-se o maior executor da oligarquia no Ceará.

GOVERNO OLIGÁRQUICO DO DR. ANTÔNIO NOGUEIRA ACIOLI. SUA QUEDA.

A Oligarquia é um sistema de governo que, segundo sua origem do grego (óligas — alguns e arkias — poder), implica o exercício do mundo nas mãos de um pequeno número de pessoas. É o meio termo entre *Monarquia* — governo de um só — e *Democracia* — governo de todos.

No consenso geral esse sistema é repudiado energicamente, mas, na realidade, mesmo num regime democrático mais bem estruturado, ele ocorre e é mesmo habilmente seguido. Isso porque, baseando o estabelecimento da democracia no exercício do poder por delegação de um eleitorado livre de injunções viciosas, é ele expresso pelos partidos, que, como seu nome indica, representam partes da agremiação política devidamente organizada, com doutrinas e programas, para alcançar, através de eleições, o governo do povo. Assim, esse governo, conseguido com o predomínio de um partido sobre os demais concorrentes, não pode afirmar-se representante de todos os cidadãos. E, no caso, ainda se deve levar em consideração que, mesmo conseguida a unanimidade dos votantes, não representam os eleitos todo o povo, visto como, além das abstenções ocorrentes, fica à margem do pleito grande parte da população que não possui as exigidas qualidades para participar do colégio eleitoral.

E tanto mais diluída seja a representação no caso de larga pluralidade partidária, tanto menor será o número de representação política que passa a deter as rédeas do poder. E este pequeno número de dirigentes tanto mais tem restringida a delegação no seu mandato, quanto mais elevado for o nível cultural do povo e mais perfeitos os processos eleitorais.

O grande mal das oligarquias é que elas, além de sistemas e de regime de fato, tendem quase necessariamente a funcionar como grupo de pressão que aos poucos vai afastando a participação do povo no governo, tornando-se todo-poderosa

e passando a estabelecer como privilegiados da administração aqueles que lhes são mais submissos ou mais diretamente ligados pelos laços de parentesco ou amizade. E para não perderem estes a munificência que o poder oferece, passam a ser empregados todos os meios coercivos, sejam os da força ou os da corrupção, numa luta insidiosa pela perpetuidade no poder.

Cândido Mendes de Almeida (*Possibilidade de uma Sociedade Política*), entende que a política da oligarquia se origina do assento de estruturas do poder sobre as formas de vida social suscitada espontaneamente pelo vínculo do sangue.

E o aspecto e feição mais reprováveis e mesmo repugnantes que a oligarquia envolve é o predomínio do grupo familiar. As benesses, as elevadas funções, os proveitos pessoais, as honrarias e as distinções que o poder proporciona tornam-se exclusividade do clã dominante, num ostensivo menosprezo do que a coletividade possui de mais digno e de mais representativo.

No Ceará, as rédeas do governo, desde os primórdios da sua formação política, estiveram sempre na dependência de poderosos grupos familiares. Isso começou com a família Castro, atuando desde os tempos coloniais, seguindo-se com as famílias Alencar, Pompeu, Feitosa, Fernandes Vieira, Paula Pessoa etc. Na Monarquia as famílias Pompeu e Paula Pessoa, embora dissidentes, formavam as duas alas do Partido Liberal.

Foi na ala dirigida pelo Senador Pompeu que emergiu, na vida política cearense, o Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli, que, tornando-se genro do poderoso Senador, por causa desse parentesco, alcançou as posições de deputado provincial em 1866, deputado geral em 1880, sendo mesmo escolhido Senador em 1889, não tendo conseguido investir-se no cargo ante a ocorrência da proclamação da República. Chegou ainda a ocupar a Presidência da Província em 1877. E o Império ainda o distinguiu com o título de Comendador da Ordem da Rosa.

Era de esperar que, com o advento do novo regime, Nogueira Acioli, como aconteceu com outras eminências políticas da época, teria desvanecida sua carreira política, tão vertiginosamente desenvolvida à sombra da Monarquia, a ponto de, antes de atingir os 50 anos, ser elevado ao Senado do Império.

Mas os acontecimentos desencadeados nos primeiros anos da implantação do regime republicano no Ceará concorreram de modo espetacular para que o venturoso rebento da poderosa família Pompeu emergisse com inusitado vigor do conturbado ambiente de que foram impregnados os meios militares a quem ficara entregue o governo do "Estado Livre do Ceará", como passou a ser denominada a unidade federativa pelos dirigentes

fardados. Eles, no açodamento dos seus inopinados triunfos, chegaram a estabelecer até um ministério, com pastas do Exterior, da Marinha e da Guerra.

O fato é que, por motivo mesmo das incompreensões e desinteligências e ainda de reações violentas entre os que dominavam a situação, aliás pouco segura e nada serena, o Ceará, de novembro de 1889 a agosto de 1892 teve na sua direção diversos militares, começando com o coronel Luís Antônio Ferraz, o idealizador e formador do Ministério, que ocupou a presidência por aclamação de 16 de novembro de 1889 a 11 de janeiro de 1891.* Acometido de grave moléstia, embarcou para o Recife, ali falecendo em 8 de fevereiro. Foi substituído pelo civil João Cordeiro, que demorou no governo apenas alguns dias, pois a 22 de janeiro entregou o cargo ao major Benjamin Barroso, que só ficou governando até 6 de abril, entrando o coronel Feliciano Benjamin, substituído em 28 do mesmo mês pelo general José Clarindo de Queiroz, nomeado pelo marechal Floriano Peixoto, mas logo eleito governador em 7 de maio de 1891, pelo Congresso Constituinte reunido no Ceará. Mas Clarindo de Queiroz governou o Estado somente até 17 de fevereiro de 1892, quando foi deposto pelos alunos da Escola Militar e substituído pelo Vice-governador major Benjamin Liberato Barroso. Este conseguiu manter-se até 12 de julho, quando entregou o governo ao Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli, que vinha ocupando a primeira vice-presidência do Congresso Constituinte, e conseguira ser eleito vice-governador com o coronel José Bezerril Fontenele como governador, mas que só veio a assumir o cargo em 27 de agosto, por estar ausente do Estado até então.

Esse quadro turbilhoante no meio político cearense, no alvorecer do período republicano, deu oportunidade a Nogueira Acioli para reanimar e reajustar suas energias políticas e insinuar-se de mansinho no convívio dos mais ardorosos partidários do novo regime, tanto assim que em 4 de janeiro de 1890 figurava entre os vereadores de Fortaleza que apresentaram sua renúncia ao Presidente Ferraz, pondo-se à disposição do mesmo "no máximo impulso do grande renascimento da pátria a vida pura e sã da democracia."

Sem possuir grande cultura humanista e filosófica, como afirma Raimundo Girão (*Pequena História do Ceará*, p. 224) era sagaz, astuto e maneiroso, e, segundo o historiador Hugo Vítor Guimarães, era dotado de boa acuidade de espírito e de um

---

* Só foi nomeado como governador provisório em 01 de dezembro, pelo Marechal Deodoro.

tino político raramente encontrado em chefes de partido no País (*Deputados Provinciais Estaduais do Ceará*, p. 194).

Tinha mais, a seu favor, a experiência colhida nos vários anos de convivência com figuras as mais proeminentes e preeminentes da Monarquia.

Por força dessa formação, que faltava completamente aos bisonhos militares guindados ao poder, em circunstâncias imprevistas, soube ele integrar-se na União Republicana, com a qual se fundira o veterano Centro Republicano, de que resultou o surgimento do Partido Federalista, em 14 de março de 1892. Mais ainda conseguiu incorporar-se na sua diretoria. Graças a isso, tornou-se membro do Congresso Constituinte, convocado pelo governador Benjamin Barroso, que dissolvera o que vinha funcionando, e veio a ocupar-lhe a vice-presidência. Esse Congresso, em 12 de julho de 1892 o elege vice-presidente do Estado, ficando como Presidente o coronel José Freire Bezerril Fontenele. Estando este ausente, na mesma data ocupa Acioli a presidência, da qual só se afastou em 27 de agosto, quando a transmitiu ao titular efetivo.

Começou, assim, a partir daí e com mais fulgor a brilhar a estrela do Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli.

E, como opina Raimundo Girão (*História da Faculdade de Direito*, p. 23), no meio de todas as mutações ditadas pela ambição do poder, mantinha sua individualidade em crescente ascensão de respeito e prestígio, chegando a dominar totalmente o Estado. Chefiou o Partido Republicano Federal e extinto este o Partido Republicano Cearense por ele criado.

Tendo conseguido firmar-se na crista da dominação republicana, já definitivamente consolidada no País, graças ao punho de ferro de Floriano Peixoto, não foi custoso a Acioli passar a influir pessoalmente na administração do general Bezerril, tornando-se mesmo governador de fato, do que se conclui de episódio narrado pelo escritor Hugo Vítor, (*op. cit.*). Instado por um prócer da política para que lhe atendesse particular pretensão, respondeu-lhe Bezerril: "Eu aqui sou apenas o vaqueiro. O dono da fazenda é o Acioli".

Assim, quando em 12 de julho de 1896 empossou-se como governador do Estado, para qual fora eleito a 11 de abril, o comendador Nogueira Acioli apenas passou a exercer de direito função de que há muito vinha sendo indiscutido executivo.

Por força da Constituição, concluiu seu mandato no dia 12 de julho de 1900. Mas, apegado ao poder e lhe tendo desfrutado as regalias, honras e benesses, não quis afastar-se definitivamente da órbita governamental, conseguindo, por isso, fazer seu substituto o Dr. Pedro Augusto Borges, pessoa in-

teiramente a si ligada, o que lhe proporcionou continuar dirigindo esconsamente o Estado até 1904, quando, dispondo da máquina eleitoral, voltou a ocupar mais uma vez a curul presidencial.

Raimundo Girão (*Hist. da Faculdade de Direito,* p. 23), referindo-se ao período em que Acioli foi senador federal, de 1900 a 1904, diz: "era sob suas vistas e vontade que se processava a administração estadual." "E na qualidade de senador dominou tanto como se seus dedos mágicos, de fato, sustentassem o timão governamental."

Quando anunciadas as eleições para a renovação do governo durante o período de 1904 a 1908, ensaiou, na ocasião, a oposição bulhenta mas anêmica e dessorada, por força mesmo das circunstâncias e do ambiente nada animador, apresentar um candidato, na pessoa do general Antônio Carlos da Silva Piragibe, comandante da Polícia do Distrito Federal, sendo Presidente da República Rodrigues Alves. Essa facção tinha como figuras principais os jornalistas Agapito dos Santos, Valdemiro Cavalcante e João Brígido. Partiu deste a sugestão de serem realizadas eleições nas igrejas, numa revivescência dos tempos da Monarquia e mesmo porque lhes era difícil enfrentar mesas eleitorais, todas nas mãos do situacionismo intransigente. Não passou o fato de mera tentativa, sem qualquer repercussão favorável. O general Piragibe, certo da inconseqüência do movimento em seu favor, preferiu permanecer no Rio de Janeiro, não tomando parte, assim, na inventiva manifestação das urnas.

Novamente no domínio do poder, no qual empossou-se triunfalmente em 12 de julho de 1904, voltou Acioli a exercê-lo com mão de ferro, disposto a nele perpetuar-se, forjando com seus comparsas na Assembléia Legislativa, instituída em grande parte por seus filhos, genros e parentes, uma alteração na Constituição, com a qual lhe ficava permitida a reeleição de Governador.

Isso feito, recebeu ele de presente mais quatro anos de presidência, a partir de 11 de julho de 1908

Dispondo de imenso prestígio político partidário, inclusive junto aos poderes federais, alicerçado pela Política dos Governadores, manifestava-se cada vez mais intransigente e radical em relação aos seus adversários.

Foi assim, como relata Raimundo Girão (*Pequena História do Ceará,* p. 224) que, no Ceará, a oligarquia aciolina plantou raízes sólidas e durante quatro quatriênios dominou. E acrescenta que "não efetuava um governo produtivo senão admi-

nistração rotineira, visceralmente dinástica, não poucas vezes violenta ou desabusada" (p. 228).

Parsifal Barroso (*Uma História da Política do Ceará*, p. 63/64) afirma que "o Presidente Nogueira Acioli governava com mão forte e hábil, mas com política de caráter rotineiro, eivada de protecionismo familiar".

Mas do que hábil foi forte, para não dizer montada na violência, a política administrativa de Nogueira Acioli.

Manifesto assinado por homens de inegável honorabilidade como João Brígido, Agapito dos Santos, Valdemiro Cavalcante, Cruz Saldanha, Carlos Miranda, João da Costa Medeiros, Eduardo Henrique Girão, Hermenegildo Firmeza, Godofredo Maciel, acentuava que o "Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli é, na atualidade, uma potestade estranha e assombrosa: o executivo único no Ceará, o juiz sem recursos, o legislador exclusivo, o regulador da Fortuna pública e privada, o árbitro dos destinos da terra". (*Unitário*, de 30 de janeiro de 1904).

Depõe o austero homem de ciência e letras Rodolfo Teófilo (*Libertação do Ceará*, p. 25) que "o Sr. Nogueira Acioli merecendo toda a força do governo federal, pelo apoio que a este prestavam os dez deputados e três senadores pelo Ceará, fez-se ditador de seu Estado em pleno regime republicano. Concentrava em si os poderes executivo, legislativo e judiciário. Criou leis para manietar a magistratura, tirou a autonomia dos municípios e acabou por fazer a nomeação dos intendentes (prefeitos) municipais, quando este cargo era eletivo". "A imprensa oficial tornou-se o pelourinho, um poste de difamação dos homens puros do Ceará. Até cearenses que viviam fora daqui, mas que não aplaudiam o governo de Acioli, eram atassalhados. Haja vista os Senhores Frota Pessoa, Antônio Sales, Gustavo Barroso, Domingos Olímpio, Belizário Távora, Solon Pinheiro e muitos outros, todos homens de valor e vivendo fora daqui."

Na verdade, o regime sob a batuta do governador Acioli era sobremodo opressor, não se contando mesmo com o Poder Judiciário, que ele manobrava ao seu talante, subjugado pela força de leis coercivas, aprovadas pela Assembléia e que facultavam ao Presidente do Estado remover juízes independentemente de antiguidade e aposentar com o tempo de serviço que contassem os magistrados de qualquer hierarquia. Era um cutelo permanente sobre a cabeça de juízes e mesmo desembargadores, que não se submetessem à vontade governamental.

A gíria popular qualificava o Presidente de "Babaquara", nome que passou a constar dos dicionários como "usado no

Ceará para designar homem grande e poderoso" e que deu título a livro escrito por Antônio Sales sob o pseudônimo de Martins Soares.

Comprovando que a Oligarquia sustenta-se no emprego da força e derrama-se no mais desenfreado nepotismo, o governo de Nogueira Acioli foi uma vera confirmação desse juizo universal. Assim, além de adotar um regime de baraço e cutelo, que provocava revolta nuns e desespero noutros, estendia-se sobre a numerosa parentela as asas pelicanescas de um paternalismo exuberante. Daí por que se apresentava majestosamente copada a árvore da oligarquia dominadora. Cargos, funções executivas, legislativas e judiciárias, empregos os mais variados eram distribuídos à larga, com a gente da família afortunada.

Na Assembléia eram deputados os filhos do Presidente José e Benjamim Acioli, os genros Pedro Borges e Jorge de Sousa, os primos José Pinto, Jovino Pinto, Vicente Pinto e Paulo Brandão e o cunhado de uma filha de Acioli, Antônio Gadelha. Na Câmara Federal sentavam-se João Lopes, primo e Gonçalo Souto, tio da nora de Acioli, além de Graco Cardoso, que, de modesto auxiliar palaciano, foi elevado a representante da Nação. Aliás, este moço soube aprender a aplicar as lições bebidas no convívio com os Acioli, pois chegou a representar Sergipe, seu Estado Natal, no Congresso Nacional e ocupar a Presidência de sua terra, onde passou a desfrutar de enorme prestígio. Antônio Acioli Filho, além de Procurador Fiscal do Estado, era professor da Faculdade de Direito, fundada por Acioli em 1903 da qual figurava como Diretor e que nela ainda colocou mais como professor outro filho, Tomás Acioli, o cunhado Tomás Pompeu, que era o Diretor de fato, e o genro Jorge de Sousa. No Liceu do Ceará eram professores os filhos Tomás e Benjamim Acioli e o genro Jorge de Sousa. Na Escola Normal eram professores os filhos Tomás e José Acioli e os sobrinhos Tomás Pompeu Filho, Pinto Brandão, Atilia Acioli e Belisa Pinto. As repartições públicas estavam pejadas de membros da família Acioli. Assim, dirigia a Higiene Pública o Dr. Meton de Alencar, cunhado de um filho do Governador. Na Intendência Municipal, hoje Prefeitura, o secretário era Antônio Gadelha, cunhado de um filho do Governador. Na Câmara Municipal o advogado era Antônio Acioli e o Secretário, Josino Pinto, sobrinho de Acioli. Na Administração dos Correios o Diretor era José Pinto, primo de Acioli, que tinha como secretário o filho Aldevando Pinto. Da Inspetoria de Obras Contra as Secas, hoje DNOCS, era Chefe o Dr. Tomás Pompeu Sobrinho, sobrinho do Governador, que, aliás, se veio a tornar um ver-

dadeiro cientista. A Escola de Aprendizes Artífices, hoje Escola Técnica Federal, tinha como Diretor Sebastião Araújo, casado com uma sobrinha de Acioli. O Chefe da Inspetoria de Veterinária era Tomás Pompeu Filho, sobrinho do Governador. O Comandante do Batalhão de Segurança era o coronel Raimundo Borges, genro de Acioli e o cirurgião era o Dr. Carlos Sá, neto do Governador.

Esses são os nomes mais destacados. Mas, como era muito grande a ninhada, o amparo à parentela não ficava somente nos cargos citados e, além disso, estendia-se também a amigos do peito, que não eram poucos e precisavam igualmente de participar das benevolências que os cofres públicos proporcionavam no mais acolhedor favoritismo.

No caso é preciso ter em vista que Fortaleza era ainda cidade provinciana, com pouco mais de 50 mil habitantes, o que pode dar uma idéia de quão largo e vultoso era o número dos que viviam sugando prazerosamente as tetas da vaca oficial.

DERROCADA DO ACIOLISMO — SURGIMENTO E QUEDA DO RABELISMO.

Aproximando-se o término do período governamental do comendador Nogueira Acioli e não sendo possível locupletar-se ele com nova reeleição, cogitou o mesmo fazer-se substituir pelo filho, José Acioli, que, porém, impedido pela inelegibilidade, por motivo de parentesco, necessitava de prazo para descompatibilizar-se na eleição sucessorial. Daí haver o próprio Acioli, que continuava dando cartas e jogando de mão, privilégio de que não se queria descartar, arquitetado o plano de eleger Governador o valetudinário desembargador aposentado, Domingues Carneiro, que concordava em renunciar ao cargo logo que cessasse a incompatibilidade de José Acioli, que, guindado à Presidência, significaria a continuidade da oligarquia aciolina por mais quatro anos.

A divulgação desse estratagema não produziu grande agitação entre os homens da oposição, já de há muito anestesiados com a força dominadora do poderio aciolino, mas, contra todas as previsões, concorreu para despertar a explosão de verdadeira insurreição popular. E foi dessa maneira que começaram a surgir protestos, a princípio surdos ou velados, mas em seguida escancarados, de grupos organizados por assim dizer acidentalmente e de inopino, que se foram tornando consistentes, com adesões recebidas de pessoas de responsabi-

lidade, principiando então a aparecer em comícios e passeatas, com a finalidade única de derrubar a oligarquia dominante.

Faltava, porém, uma figura representativa, capaz de ser apontada como possível candidato para ocupar o lugar de que deveria ser escorraçado Acioli.

Como possível solução da dificuldade, dois ardorosos moços, agitadores do movimento popular, José Brasil de Matos e José Barbosa Passarinho, teriam recebido sugestão do general Dantas Barreto, que conseguiu derrubar a oligarquia em Pernambuco, assumindo ali o governo do Estado, para que indicassem o nome do coronel Marcos Franco Rabelo como candidato à sucessão cearense. Informava Dantas Barreto que se tratava de ilustre militar cearense, que muito o ajudara, como Chefe do Estado Maior da Região, no triunfo alcançado naquele Estado.

Sem maiores delongas os dois moços passaram a distribuir um boletim nas ruas de Fortaleza, com o cabeçalho: ECCE HOMO, no qual era lançado o nome de Franco Rabelo para concorrer com o do desembargador Domingues Carneiro nas eleições a serem realizadas em abril para a governança cearense.

Foi um golpe de grande surpresa e praticamente sem qualquer possibilidade de êxito.

Os cearenses pouco sabiam a respeito do nome apresentado. Os que viveram nos idos de 1890 se lembravam de que, aqui, estivera na época o capitão Marcos Franco Rabelo, como professor da Escola Militar, tendo-se casado, em 1890, com uma filha do general Clarindo de Queiroz, o primeiro presidente eleito em 1891, após a implantação da República no Ceará, e deposto em 1892 pelos cadetes da Escola Militar, a mando de Floriano Peixoto. Foi um dos fundadores da Academia Cearense de Letras, instalada em 1894, figurando como o sócio n.º 8. Devia ter alcançado certa nomeada para merecer aparecer entre as mais destacadas figuras do meio literário cearense de então. Mas dele não se conhece qualquer trabalho intelectual de fôlego.

Fechada a Escola Militar em 1897, passou Franco Rabelo a ensinar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, até 1905, quando foi nomeado professor da Escola do Estado Maior do Exército, sendo promovido a tenente-coronel em 1908. Em 1910 recebeu a comissão de Chefe da Estatística da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1911, veio exercer a Chefia do Estado Maior da Região Militar sediada no Recife, de onde seu conhecimento com Dantas Barreto. Estava, pois, ausente do Ceará de 1897 a 1912.

Era de supor, assim, que a iniciativa do lançamento de seu nome, no caso da sucessão presidencial, não passasse de simples balão de ensaio, sem possibilidade, mesmo remota, de aceitação por parte do povo que, como na fábula, andava atrás de um rei.

No entanto, o incrível aconteceu. A indicação de Franco Rabelo não só alcançou recepção imediata e entusiástica como despertou na massa inusitado frenesi, ocasionando uma estupefaciente nevrose popular.

Conta Hermenegildo Firmeza (*Crônicas Escolhidas*, p. 273), que "após a distribuição do boletim — *Ecce Homo* — encontrou o aspirante do Exército Assis Távora, que prestava relevantes serviços à causa oposicionista, contentíssimo com a sugestão apresentada do nome de Franco Rabelo, perguntando-lhe: "Você conhece?" "Não", respondeu ele. "E como então, se mostra tão satisfeito?" "É exatamente por não conhecer. Porque esses outros candidatos que têm sido falados aqui e que eu conheço não prestam para nada."

Os donos da situação, fiados no seu reconhecido poderio, não deram grande importância àquela eclosão de rebeldia generalizada, mas passou a mesma a oferecer tal feição ameaçadora à rigidez do regime oligárquico, que começaram a ser tomadas providências para apagar a fogueira que se ia alastrando rapidamente. Daí um policiamento redobrado nos lugares das reuniões com a presença de homens no rastro das passeatas e, por fim, o emprego da cavalaria nos comícios, com cargas violentas sobre os impetuosos agitadores.

Nada disso, no entanto, entibiava os partidários decididos ou exaltados de Franco Rabelo, que se tornou verdadeiro mito para as multidões, surgindo, então, o rabelismo, que contaminava a população, como epidemia de nova espécie.

Quase todo mundo era rabelista, ostentando medalhas ou crachás com fundo verde-amarelo trazendo a efígie de seu ídolo. A palavra de ordem era *Franco Rabelo ou Morte* e por toda parte se ouvia uma canção com música da cantiga "Vassourinha", de origem portuguesa, na qual se dizia:

"Marco, franco é dinheiro
Que governa o mundo inteiro
Viva o nosso Presidente
Que é Marcos Franco Rabelo."

Passou-se então a coordenar o movimento como partido político, atuando algumas figuras da oposição como João Brígido, Agapito dos Santos, Jorge dos Santos, Francisco de

Paula Rodrigues, Manuel Moreira da Rocha e Joaquim Costa Sousa. E com rapidez a agitação irradiou-se da Capital para o Interior.

Organizavam-se grupos de homens decididos e apresentou-se mesmo uma Liga Feminina, com participação dos melhores elementos da sociedade de Fortaleza. Chegou-se até a reunir crianças numa Liga Infantil. As passeatas sucederam-se cada vez mais concorridas e desassombradas. E foi uma delas, realizada no dia 21 de janeiro de 1912, constituída de mais de 600 crianças, que funcionou como estopim para a explosão do movimento armado popular.

A cavalaria procurou dispersar o ajuntamento e sem respeitar as crianças, lançou-se sobre o povo a soldadesca com seus cavalos impetuosos.

A reação foi imediata. Homens enfurecidos apresentavam-se armados de rifles com munição retirada das casas vendedoras e começou a luta, aparentemente desigual e que a muitos parecia insensata, encarando como loucos aqueles moços ardorosos que se lançavam contra soldados bem armados.

Como alvo principal se tomava o Palácio do Governo, que foi cercado, lançando-se contra ele tremenda fuzilaria. E apesar de todas as condições desfavoráveis, o fato é que no dia 24 de janeiro Acioli rendia-se incondicionalmente e, sob a proteção do comando da guarnição federal, recolhia-se ao quartel do Exército, de onde apresentou sua renúncia, e, sob a proteção da força federal, embarcava para o Rio de Janeiro, fazendo a pé, com sua família, o trajeto até a ponte de embarque, entre filas da multidão, que, numa demonstração de sentimento cristão, se limitava a encarar os retirantes sem qualquer gesto de violência.

O que admirou nos observadores mais esclarecidos foi que, após aquela explosão de ódio popular, com derramamento de sangue nas ruas, voltou a cidade a conhecer a tranqüilidade dos dias normais, tendo assumido o governo o segundo vice-presidente Antônio Frederico de Carvalho Mota, dada a desistência do primeiro vice, Maurício Graco Cardoso, que preferiu a cadeira de deputado federal que lhe dera Acioli.

Embora ligado ao aciolismo, e mesmo fazendo parte de sua *entourage dorée*, Carvalho Mota mostrou-se homem cordato, bem intencionado, convidando para seus secretários e prefeito da Capital pessoas muito conceituadas no meio social.

O aciolismo, no entanto, apesar de tão estrondosamente derrotado, não perdera as energias acumuladas no correr de tantos anos. E procurou reanimar-se, aproveitando a eleição

para Presidente do Estado, a realizar-se no dia 11 de abril de 1912.

Desistindo da candidatura do desembargador José Joaquim Domingues Carneiro, os Acioli apresentaram a do General José Freire Bezerril Fontenele, então, senador, e que já exercera a governança de 1900 a 1904, sob a batuta do Babaquara.

Enquanto isso, em 15 de março, desembarcava em Fortaleza, debaixo de insopitável delírio coletivo, o tenente-coronel Marcos Franco Rabelo, cuia candidatura, eminentemente popular, já havia sido amparada pela oposição.

Diante do indiscutível apoio de quase todo o Estado ao nome de Franco Rabelo, que foi eleito Presidente, obtendo estrondosa vitória sobre o General Bezerril, recorreram os aciolistas ao Presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, que vinha prestigiando juntamente com o senador José Gomes Pinheiro Machado, homem que dominava a política nacional. O que pretendiam os aciolistas era pura e simplesmente a anulação da eleição que dera vitória a Franco Rabelo e o estabelecimento de um acordo, com a apresentação de um candidato de conciliação, que seria o Dr. José Cardoso de Moura Brasil, celebridade nacional, glória cearense e oculista de grande nomeada, mas que jamais se metera na política. Seu nome foi aceito por Franco Rabelo, que se conformava em retirar-se da contenda, desejando evitar a possibilidade de uma luta sangrenta no Estado.

Isso porque o povo cearense ameaçava pegar em armas novamente, caso viesse o poder, como queria Pinheiro Machado, a cair nas mãos de Bezerril, o que seria, indiscutivelmente, a restauração da oligarquia aciolina.

Moura Brasil não aceitou a prebenda e isso levou o povo a repelir qualquer possibilidade de acordo que resultasse no afastamento de Franco Rabelo. A solução era uma só: Franco Rabelo ou morte!

O Presidente da República, parece que esclarecido melhor sobre o assunto e das conseqüências deploráveis que viessem a suceder, resolveu não mais patrocinar qualquer entendimento na política cearense, embora sua atitude não deixasse de despertar grandes receios na população, principalmente em face dos boatos espalhados de que vasos de guerra poderiam bombardear Fortaleza, como já acontecera na Bahia e em Manaus.

Foi assim que, num ambiente de ameaças e receios, acabaram os chefes rabelistas por concordar com uma solução vergonhosa mas admitida indispensável e que consistia no seguinte: A Assembléia Estadual, que era dominada pelo pessoal

de Acioli, reconheceria o coronel Franco Rabelo como Presidente e segundo vice-presidente o rabelista Adolfo Siqueira, que como tal figurava na chapa vencedora. Mas a primira vice-presidência e a terceira ficariam com os aciolistas Sérgio Sabóia e Padre Cícero Romão Batista, respectivamente, e que não tinham sido eleitos.

Como o povo queria ver Franco Rabelo no governo, o contentamento foi geral, não se discutindo a legitimidade do condenável procedimento, que somente foi possível porque a legislação eleitoral determinava que o resultado das urnas passasse pelo crivo de decisão de uma Comissão de Poderes que funcionava nas Câmaras Legislativas, a qual concluía soberanamente sobre os resultados das eleições, dependendo unicamente de seu arbítrio a outorga de diplomas aos candidatos. E, assim, muitos dos realmente eleitos eram preteridos por nomes que só tinham a seu favor o apoio da oligarquia dominante. No Ceará, impuseram e diplomaram como deputado federal o gaúcho Flores da Cunha, que não foi eleito pelos cearenses e jamais aqui pisou. Mas, graças à vontade de Pinheiro Machado, que, no governo do marechal Hermes da Fonseca era chefe absoluto dos destinos políticos no Brasil, conseguiu assentar-se na Câmara dos Deputados.

Instalado no Governo, em virtude do conchavo acertado entre representantes do rabelismo e do aciolismo, então denominado de "marreta", designação tida como importada de Pernambuco, o coronel Franco Rabelo não dispunha de condições para sair-se bem da empreitada em que se metera. O apoio caloroso do povo não lhe poderia valer muito em face das forças contrárias que lhe cercavam os movimentos. De um lado os chefes rabelistas, jejunos do poder e despreparados para uma ação política construtiva; do outro os marretas, ainda bem poderosos, donos das Assembléias e das administrações municipais, e, por cima, a má vontade do governo federal, ostensivamente inclinado para os marretas.

Franco Rabelo, apesar do seu preparo científico, não estava de modo algum capacitado para enfrentar o difícil momento que vivia o povo cearense. Sua carreira militar desenvolvera-se a serviço do magistério em escolas de formação de oficiais, ensinando geografia. Apesar de ter pertencido, por constantes transferências, às três armas das forças de guerra, não tinha desta conhecimentos desenvolvidos e disso deu provas não sabendo organizar a defesa de seu governo, de que foi desbancado, quando assediado por forças irregulares, constituídas de sertanejos broncos e mal comandados.

Sem indispensável preparo para a política, provocou mesmo dissensão na cúpula rabelista que o apoiava, dando motivo a rupturas, de que resultou o afastamento de alguns dos líderes do situacionismo, inclusive o combativo jornalista João Brígido, que passou a lhe fazer ostensiva e mesmo desbragada oposição.

Talvez em decorrência disso cogitou de abandonar o governo, entregando-o ao comandante da guarnição militar federal, que não o teria aceitado (*Crônicas Escolhidas*, H. Firmeza, p. 220). Pondo de parte a suspeita parcialidade de sua autoria, escreveu o general Setembrino de Carvalho que Franco Rabelo "dava a impressão de um homem desalentado, sem energia moral, com uma morbidez de espírito que o inibe de refletir e ver claro os fatos que se desdobravam ante seus olhos, e as conseqüências resultantes inevitáveis, que decidiram forçosamente do seu destino político". (Marechal Setembrino de Carvalho — *Memórias — Dados para a História do Brasil*).

Além do mais, colocou-se Franco Rabelo contra os planos do Marechal Hermes nas combinações para que se processasse sua sucessão em favor do general Pinheiro Machado, pelo que tratou este de afastá-lo do governo do Estado, o que conseguiu através de um movimento armado, cuja execução foi entregue a Floro Bartolomeu da Costa, médico baiano, que se instalara na cidade de Juazeiro do Norte, onde se tornara todo-poderoso, graças à influência que passara a exercer sobre o Padre Cícero Romão Batista, que se fizera alvo de grande veneração de toda a população dos sertões nordestinos.

Assim, contando com a cooperação do Padre Cícero e apoiado no Rio pelos Chefes aciolinos Francisco Sá e Tomás Cavalcante, estabeleceu Floro Bartolomeu no Juazeiro um governo autônomo sob sua presidência, fazendo funcionar uma Assembléia Legislativa independente, constituída de deputados marretas.

Franco Rabelo determinou a dissolução pelas armas do tal governo de Juazeiro, para o que enviou tropas destinadas a atacar e submeter a cidade. Mal organizadas, mal comandadas e mal preparadas, foram desbaratadas essas tropas, o que possibilitou a descida dos rebeldes, sem qualquer oposição, até as vizinhanças de Fortaleza, espalhando por onde passavam o terror e a morte.

Aproveitando a situação por ele mesmo preparada, o governo da República decretou a intervenção federal no Ceará, afastando sumariamente Franco Rabelo e designando interventor o coronel Setembrino de Carvalho.

Essa intervenção, como explica o historiador Raimundo Girão (*Peq. Hist. do Ceará* p. 238), "foi abusiva e oriunda da condescendência do Governo Federal para com as tricas do partidarismo local, e nodoou incontestavelmente a história política do Ceará. Os chamados *Jagunços* da revolução do Juazeiro, estacionados em Maranguape, Messejana e Parangaba, tiveram ordem, vinda do Rio de Janeiro, de não invadir a Capital. Mas, para satisfazer-lhes os desejos, concordara o Interventor em que viessem, em grupos, escoltados, ver o mar, como lhes determinou Padre Cícero."

"Mais tarde, porém, seriam aproveitados como soldados componentes do Batalhão de Segurança e entraram a cometer desordens, perturbando a tranqüilidade das famílias, mesmo passo em que os prosélitos mais chegados ao governante deposto eram agora vítimas de desrespeitos à inviolabilidade pessoal, no que teve participação mais violenta o próprio delegado da polícia da Cidade" (*op. cit.*).

Para admirar aos que acompanham os acontecimentos que culminaram com a deposição de Franco Rabelo é o fato da ausência de reação material por parte das camadas populares ante esse afastamento pela força do homem que se tornara verdadeiro ídolo e encarnara todas as esperanças de corações exaltados no seu culto. Foi num ambiente insopitado de inconformismo e de exaltada solidariedade, embora comprimidas, que deixou melancolicamente o Ceará, no dia 24 de março de 1914 aquele mesmo que, ao desembarcar em Fortaleza no dia 15 de março de 1912, recebeu "glorificação que poucos homens tiveram igual, na frase de Rodolfo Teófilo. (Rodolfo Teófilo — *Libertação do Ceará*, p. 181). E acrescenta: "Eu havia assistido à festa da libertação dos escravos em Fortaleza: foram estrondosas. Vi a alma do povo, pela primeira vez, vibrar de entusiasmo e disse: Jamais emoção igual arrancará dos nervos desta gente maior vibração. Enganei-me, a alma do povo agora tremia com mais sentimentos, porque a liberdade era de todos e não de um número limitado de homens. Os habitantes de Fortaleza estavam atacados de nevrose rabelista..."

Mas é de admitir que aquela diferença no modo de proceder da população há dois anos atrás e nos dias da desolação explicava-se pelo fato de se achar a cidade sob "estado de sítio", coisa jamais acontecida, e submetida a uma intervenção federal, comandada por enérgico e decidido oficial do Exército, com plenos poderes para sufocar qualquer ação de rebeldia por acaso intentada.

O povo encontrava-se sob um regime de temor e coação e sabia até aonde poderia ir a repressão armada, pois vogava

no ar a lembrança dos bombardeios a que foram submetidas as cidades de Manaus e Salvador.

O coronel, depois general Fernando Setembrino de Carvalho, mais tarde (*Memórias — Dados para a História do Brasil*, 1950), confessou que estava autorizado a mobilizar, no Norte, o pessoal necessário, mesmo dez ou quinze mil homens, para o desempenho de sua comissão no Ceará, e que poderia contar com navios da esquadra, o material de guerra necessário e mais recursos de que carecesse. E ao assumir o seu posto, no Quartel General de Fortaleza, no dia 18 de fevereiro de 1914, declarou que vinha em missão exclusivamente militar e às ordens do Governo Federal seriam cumpridas.

Não havia, pois, ambiente para grandes manifestações populares em defesa ou de apoio para Franco Rabelo.

Tão amedrontador era o ambiente reinante que senhoras de Aracati e diretoras de três principais colégios de moças de Fortaleza pediram a interferência de Rui Barbosa, para que desaparecesse o constrangimento reinante, conforme declarou o mesmo: "Em nome das famílias se brada pelo inútil socorro e as responsáveis pela honra de mais de quinhentas alunas, confiadas à sua guarda, reforçam o apelo aos mais vivos sentimentos de minh'alma, com a notícia em que a superiora do Colégio Imaculada Conceição (Irmã Gagné, francesa), temendo a lascívia dos bandidos a quem o comandante da Região Militar, com a sua declaração de impassibilidade, assegura a satisfação de todos os seus instintos, resolveu abrigar a vida e a pureza de suas discípulas à sombra do pavilhão francês".

Mas, nem por isso faltou a Franco Rabelo, tanto ao sair escorraçado do Palácio do Governo, como na ocasião de seu embarque para o Rio de Janeiro, o comparecimento em massa dos seus fiéis adeptos que, apesar da situação desencorajadora reinante, não se temeram de lhe manifestar uma impressionante solidariedade.

Era impossível no entanto, recurso a qualquer outro procedimento. Estava-se diante de uma situação de fato. O Governo Federal, ao decretar o "estado de sítio" para o Ceará, em 09 de março de 1914, procurou justificar sua atitude afirmando, em Nota Oficial, que "é indispensável salvar a ordem pública; e urgente pôr a lei fundamental da República em inteiro vigor em todo o país; e não sendo possível consegui-lo pelos meios normais, o governo nacional não pode deixar de submeter-se ao dever de usar os processos anormais que a Constituição determina, para a solução do grave caso" (*Diário Oficial* de 09/03/1914).

Abafado nos seus anseios, desamparado nos seus direitos, ameaçado nos seus movimentos, deprimido, desalentado, só podia mesmo o povo era conformar-se, submeter-se, e, quando muito, reclamar em surdina.

De alguma maneira a raiva surda não deixava de extravasar-se, e veio mesmo a manifestar-se de modo insólito e contundente, como escreve Corrêa Filho (*O Turbilhão dos Punhais*, p. 42, Rio, 1975): "O Ceará maior, o que totalizava a população autêntica da terra, embora amordaçado e confinado dentro de casa, encontrava meios de manifestar o seu desabafo nos famosos versos que surgiram impressos por toda parte, alcançando mesmo o navio que levaria de volta seu empedernido algoz", o general Setembrino de Carvalho.

Os versos em referência eram da autoria do Dr. Rodrigues Frederico de Andrade, professor do Liceu, homem austero e respeitado. Sobre ele, a propósito mesmo dessa derramada catilinária, escreveu o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio, Carlos de Oliveira Ramos, cearense que viveu no Ceará os dias conturbados da Intervenção Federal: "não conseguir, compreender, vendo-o na sua postura serena e afável fosse capaz de produzir versos tão veementes e de rara insolência". (*Turbilhão dos Punhais*, p. 7).

Para terminar, eis algumas estrofes desses versos, que traziam como título "Maldição":

"Maldito sejas tu com teus galões dourados,
Soldado sem pudor, general Senterbrio!
Que és escória dos maus e dos degenerados.
Argentino sem fé, sem honra e sem decoro,
Jagunço de galão, perversamente frio,
Maldito sejas tu, com tua espada de ouro!"

"Pois foi ele, Satã, o príncipe das trevas,
Que estima e aplaude a infâmia, o crime e a tirania,
Que fez general pelas artes protérvias,
Do bandido e ladrão general pente-fino.
E tu roubaste ao povo a paz e autonomia,
Maldito sejas tu, autômato assassino!"

"Que lá no Averno negro onde 'perde a esperança
Toda gente perdida' e toda raça infame,
....."

"Que não sejas vivente e nem sequer uma alma
Possa ser, como disse um imortal poeta,
Que te falte a razão, o pensamento, a calma,
E seja um negro cáos a tua forma escura.
Bandido sem consciência, alma de sapo abjeta,
Maldito sejas tu, torpe e vil criatura!"

.....

BIBLIOGRAFIA

— Nelson Boia — *Antônio Sales e sua época.*
— José Parsifal Barroso — *Uma História da Política do Ceará.*
— Raimundo Girão — *Pequena História do Ceará.*
— Eusébio de Sousa — *História Militar do Ceará.*
— H. Firmeza — *Crônicas Escolhidas.*
— Abelardo Montenegro — *História dos Partidos Políticos Cearenses.*
— Rodolfo Teófilo — *Libertação do Ceará.*
— Rodolfo Teófilo — *Sedição do Juazeiro.*
— Corrêa Filho — *O Turbilhão dos Punhais.*
— Barão de Studart — *Dicionário Bibliográfico Cearense.*
— Barão de Studart — *Datas e Fatos para a História do Ceará,* (3.º volume).
— Hugo Vitor Guimarães — *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará.*
— Martins Soares (Antônio Sales) — *O Babaquara.*
— Júlio Abreu — *Fragmentos da História Política do Ceará.*
— Manoel Albano Amora — *A Academia Cearense de Letras.*
— José Waldo Ribeiro Ramos — *Centenário do Comendador Nogueira Acioli.*
— Daniel W. Almeida Marques — *Padre Cícero na Berlinda.*
— Walter Barbosa — "O Dr. Floro", in: *Boletim do Inst. Cultural do Vale Caririense.*
— João Lima — *Como vivem os homens que governam o Brasil.*
— Rocha Pombo — *História do Brasil.*
— João Ribeiro — *História do Brasil.*